



Compromisso do Banco do Brasil com as Mudanças Climáticas



Contexto

O tema sustentabilidade e as questões ambientais, sociais e de governança (ASG) vêm ganhando cada vez mais relevância ao longo das últimas décadas. A preocupação em alcançar um modelo de desenvolvimento econômico, produção e consumo que esteja em harmonia com os limites ambientais e, ao mesmo tempo, contribua para a redução das desigualdades é global e compartilhada por governos, empresas, entidades não governamentais e sociedade civil em geral.

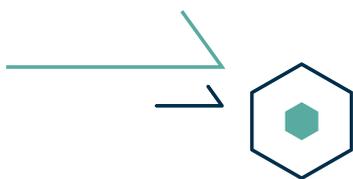
Ao considerar os aspectos ASG na estratégia de negócios, o setor pode oferecer novos instrumentos financeiros ao mercado, como capital para novas tecnologias, plataformas de negociação de emissões e empréstimos verdes, aproveitando as oportunidades de valor compartilhado. Assim, a sustentabilidade se torna um ativo estratégico de longo prazo na criação de valor das empresas.

As mudanças climáticas permanecem como um

dos grandes desafios da humanidade. A emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) causados pelas atividades humanas e os seus possíveis impactos sobre processos econômicos e ecológicos, baseados em fortes evidências científicas, vem apresentando um potencial disruptivo de processos econômicos e sociais.

Cada vez mais empresas e conglomerados globais buscam adotar políticas e implementar práticas para enfrentar os desafios relacionados ao clima,





tornando-os mais atrativos pela geração do valor sustentável em suas estratégias e incorporando indicadores não financeiros de desempenho ou com o custo de capital ligado diretamente ao desempenho ambiental.

Em 2015, durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, na França, 196 países firmaram o Acordo de Paris, documento pelo qual se obrigaram a adotar metas para redução de emissões de Gases de Efeito Estufa, tendo por objetivo reduzir as emissões de seus processos produtivos, na tentativa de combinar esforços em benefício de um futuro de baixo carbono, em que o aquecimento médio global não ultrapasse os 2°C acima dos níveis pré-industriais.

Para o alcance do objetivo final do Acordo, os governos se envolveram na construção de seus próprios compromissos, a partir das chamadas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC, na sigla em inglês). Por meio das NDCs, cada nação apresentou sua contribuição de redução de emissões dos Gases de Efeito Estufa, seguindo o que cada

governo considerava viável a partir do cenário social e econômico local. O governo brasileiro comprometeu-se a reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa até o ano de 2025 em 37% abaixo dos níveis de 2005, com uma contribuição indicativa subsequente de reduzir as emissões de Gases de Efeito Estufa em 43% abaixo dos níveis de 2005 até 2030.

Em 2020, o Ministério de Meio Ambiente (MMA) ratificou os compromissos assumidos nas NDCs e assumiu também o compromisso de neutralizar as emissões do Brasil até 2050. Para que este objetivo seja atingido será preciso um maior engajamento com os diversos atores da sociedade civil, dentre eles o Banco do Brasil.

Para líderes do Fórum Econômico Mundial (FEM), os riscos ambientais estão entre os mais graves em termos de efeito sobre a riqueza e a prosperidade do mundo na atualidade. As mudanças climáticas seguem em destaque na alta agenda do fórum nos últimos cinco anos, com o reconhecimento de que se está atingindo um ponto de crise em várias partes do mundo. De acordo com o relatório "Global Risks Report 2021"¹, desde 2011 a mudança do clima permeia

entre os cinco principais riscos globais em termos de probabilidade e impacto econômico.

Em 2018, o Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC) lançou um relatório especial, no qual reforça que, mesmo com as metas estabelecidas pelos países sob o Acordo de Paris, a trajetória é de um aumento médio da temperatura em 3°C até o fim do século em relação aos níveis pré-industriais (IPCC, 2018), considerando as tendências observadas e os impactos sobre as atividades econômicas.

Para líderes do Fórum Econômico Mundial (FEM), os riscos ambientais estão entre os mais graves

¹ Disponível em <https://www.weforum.org/reports/the-global-risks-report-2021>



TCFD – Task Force on Climate-Related Financial Disclosures

O Conselho de Estabilidade Financeira (Financial Stability Board - FSB)² foi criado em 2009 pelo Grupo dos 20 (G20), grupo constituído por ministros da economia e presidentes de bancos centrais dos 19 países de economias mais desenvolvidas do mundo, mais a União Europeia. O FSB é o órgão internacional que monitora e faz recomendações sobre o sistema financeiro global. Em 2015, anunciou o estabelecimento de uma força tarefa, a Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), para desenvolver uma forma consistente de reporte dos riscos financeiros relacionados às mudanças climáticas.

Nesse sentido, as empresas terão que desenvolver um modelo de governança para o tema mudanças climáticas contendo estratégia, gestão de riscos e oportunidades e indicadores de gestão, visando disponibilizar informações sobre o

potencial impacto das mudanças climáticas para clientes, investidores, seguradoras e demais partes interessadas no que se refere aos impactos dos riscos físicos, de transição e demais oportunidades relacionadas ao tema.

De acordo com o relatório da TCFD³, um dos mais significativos riscos que as organizações enfrentam hoje estão relacionados à mudança do clima. Enquanto é amplamente reconhecido que a continuidade das emissões de Gases de Efeito Estufa está agravando o aquecimento do planeta e isso poderá levar a prejuízos econômicos e sociais, o exato momento e severidade dos efeitos físicos são difíceis de estimar, o que faz do problema um desafio único, especialmente no contexto de tomada de decisão econômica.

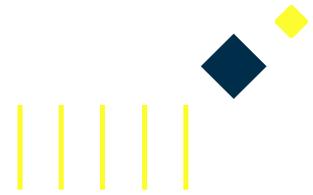
Os impactos não são apenas físicos e não se manifestam apenas no longo prazo. A redução das emissões de

GEE implica na redução do uso de combustíveis fósseis e ativos físicos relacionados, com a consequente perda de lucratividade de atividades relacionadas. Por outro lado, a transição para uma economia de baixo carbono gera oportunidades de soluções em mitigação de emissões e adaptação às consequências das mudanças climáticas, como o aumento de tecnologias limpas e mais eficientes, metas de redução de consumo de recursos (energia, combustíveis, papel), financiamento de técnicas agropecuárias de baixa emissão de carbono, priorização de fontes de energia fotovoltaica e eólica, aumento da resiliência de infraestrutura de cidades, dentre outras.

Estima-se que a transição esperada para uma economia de baixo carbono exija cerca de US\$ 1 trilhão de investimento por ano, gerando novas oportunidades de investimento. Ao mesmo tempo, o risco de reputação

²O Financial Stability Board (FSB) foi estabelecido em 2009 como sucessor do Financial Stability Forum (SFS). O SFS foi fundado pelo G7 em 1999 e por uma demanda dos líderes do G20 em 2008 para se tornar uma instituição mais forte, ele foi reestabelecido como FSB em 2009.

³Recommendations of the Task Force on Climate-related Financial Disclosures. Disponível em https://www.fsb-tcfd.org/wp-content/uploads/2017/06/FINAL-TCFD-Report-062_817.pdf



de organizações expostas aos efeitos das mudanças climáticas pode variar significativamente, já que essas organizações podem ser mais afetadas pelos impactos físicos das mudanças climáticas, pelas políticas climáticas e por novas tecnologias. Um estudo de 2015⁴ estimou que, até o final do século, o valor de ativos no mundo sob risco ligado a mudança climática irá variar de US\$ 4,2 trilhões a US\$ 43 trilhões.

O Banco do Brasil, ciente da relevância e urgência do tema das mudanças climáticas e da importância do engajamento de governos, setor privado e sociedade nos esforços para a redução dos Gases de Efeito Estufa e para a adaptação de comunidades em áreas de vulnerabilidade climática, está comprometido com a transição para uma economia de baixo carbono e com o papel de liderança que o Brasil pode assumir neste tema.

Desta forma, e para continuarmos como protagonistas na busca por novas oportunidades de gerar valor para os nossos públicos de relacionamento e contribuir para a preservação do meio ambiente, em 2021, o BB fez adesão às recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD) e lançou os 10 Compromissos em Sustentabilidade com metas até 2030, em alinhamento aos objetivos de desenvolvimento globais.

⁴The Economist Intelligence Unit, "The Cost of Inaction: Recognizing the Value at Risk from Climate Change", 2015. Value at risk measures the loss a portfolio may experience, within a given time horizon, at a particular probability, and the stock of manageable assets is defined as the total stock of assets held by non-bank financial institutions. Bank assets were excluded as they are largely managed by banks themselves.



O que nos orienta?

No Banco do Brasil, a Sustentabilidade Empresarial está expressa em políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos ao longo do tempo. O principal objetivo da Governança em Sustentabilidade é gerir o desempenho socioambiental do BB, o que ocorre a partir da implementação e disseminação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social e

ambiental nos negócios e na relação ética e transparente com as partes interessadas.

As mudanças climáticas estão contempladas na Política de Responsabilidade Socioambiental, Políticas Específicas, nas Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito e nas Diretrizes Socioambientais BB – Lista Restritiva e Lista de Exclusão.

Em 2019, a PRSA foi atualizada em face à evolução do mercado, maior aderência às Resoluções CMN

4.557/2017, CMN 4.327/2014, Normativo SARB nº 14 de 2014 e ao aprimoramento das práticas adotadas pelo BB. O acompanhamento do plano de ação para implementação da PRSA acontece por meio do Plano de Sustentabilidade - Agenda 30 BB.

As Diretrizes de Sustentabilidade BB para o Crédito são norteadores socioambientais a serem considerados na análise de propostas de empréstimos e financiamentos. Abordam





No Banco do Brasil, a Sustentabilidade Empresarial está expressa em políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos ao longo do tempo.

temas estratégicos, entre os quais mudanças climáticas, e são aplicáveis na análise e concessão de crédito para os setores de Agronegócio, Agricultura Irrigada, Energia Elétrica, Construção Civil, Cimento, Mineração, Petróleo & Gás, Transportes, Papel & Celulose e Siderurgia. A elaboração e revisões anuais das Diretrizes contam com a participação de diversos stakeholders (acionistas, especialistas do setor, ONGs, clientes e funcionários), com suporte da análise de estudos e relatórios que, por sua vez, consideram projeções de modelos climáticos globais.

Já as Diretrizes Socioambientais – Lista Restritiva e Lista de Exclusão trazem diversas atividades

com as quais o Banco assume risco de crédito sob determinadas condições, aplicando rigor diferenciado na análise, concessão e acompanhamento de crédito (Lista Restritiva). A Lista de Exclusão, como o próprio nome diz, elenca atividades excluídas que o Banco não assume risco de crédito em razão de impedimentos legais ou por não estarem em alinhamento com as Diretrizes do BB.

Em 2020, as Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito foram atualizadas considerando os aspectos legais, políticos, econômicos e socioambientais.

Em 2020 o BB aprovou a Política Específica de Gestão

do Risco Climático com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão desse risco, estabelecer diretrizes para uma atuação proativa e aproveitar as oportunidades relacionadas às questões climáticas.

Outras políticas contemplam aspectos socioambientais diversos, que são também considerados em práticas negociais e administrativas, a exemplo das operações de crédito e de investimento, e de relacionamento com fornecedores e funcionários. Por sua relevância, essas orientações estão replicadas nas Diretrizes de Sustentabilidade para o Crédito para diferentes setores.

Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB

O Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil contribui para o aprimoramento de negócios e processos ao consolidar ações com viés socioambiental. Revisado a cada dois anos e ordenado em desafios em sustentabilidade priorizados pela alta administração, ele se desdobra em compromissos estabelecidos para um período de três anos, abrangendo toda a empresa.

A partir de 2017 o Plano passou a ser denominado de Agenda 30 BB. Refletindo as premissas da Agenda 2030 global e inspirada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atendendo ao chamado global para a construção de um mundo direcionado por gestão adequada dos recursos naturais, respeito aos direitos humanos e geração de resultados sustentáveis.



Agenda 30 BB

Nosso Plano de Ação
para um Futuro
Sustentável



A Agenda 30 BB faz com que processos internos sejam adotados de forma robusta, pactuando compromissos e ações que têm impacto nos negócios como um todo. Com negócios e práticas administrativas cada vez mais sustentáveis, o BB dissemina a toda sua cadeia de valor a importância da incorporação dos princípios da sustentabilidade no planejamento e na execução de ações. A sustentabilidade é uma das dimensões

presentes na Estratégia Corporativa BB 2021–2025 e se apresenta como um dos objetivos no mapa estratégico do Banco, que tem suas lideranças comprometidas com o desafio de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável.

Em 2021, foi aprovado o Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB 2021–2023. Os assuntos climáticos estão

contemplados no desafio: “Aprimorar a governança e a gestão dos riscos e das oportunidades relacionados às questões climáticas, dando transparência aos compromissos e às práticas do Banco do Brasil em relação ao tema”. Por meio do Relatório Anual do BB é feita a prestação de contas das ações desenvolvidas no período anterior e das ações que serão desenvolvidas nos próximos anos.

Pactos e compromissos voluntários

Há quase três décadas o Banco do Brasil vem participando de diversos Fóruns e Iniciativas nos âmbitos governamental e privado.

1985

Instituição da Fundação Banco do Brasil para contribuir com a transformação social dos brasileiros e com o desenvolvimento sustentável do país.

1995

É firmado o Protocolo Verde, carta de princípios adotada por bancos oficiais brasileiros, entre eles o Banco do Brasil (BB).

2003

Adesão do BB ao Pacto Global e criação da Carta de Princípios de Responsabilidade Socioambiental.

2005

O BB estabelece seu primeiro Plano de Sustentabilidade, Agenda 21 Empresarial.
Lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo, com o BB entre as empresas listadas.
O BB adere aos Princípios do Equador e faz seu primeiro relato de informações ao Carbon Disclosure Project (CDP).

2010

O BB se torna a primeira instituição financeira a aderir ao The CEO Water Mandate.
Torna-se signatário dos Princípios de Empoderamento das Mulheres e dos Princípios para o Investimento Responsável, este por meio da BB DTVM.
Lançamento do Índice Carbono Eficiente (ICO2), do qual o BB é integrante.

2009

Adesão do BB às plataformas Caring for Climate e Empresas pelo Clima.

2007

O BB se torna membro-fundador do Programa Brasileiro GHG Protocol, recebe o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça e divulga seu Código de Governança Corporativa.

2006

Primeiro relatório de sustentabilidade do BB seguindo o modelo GRI.

2012

O BB é listado na carteira "World" do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI, na sigla em inglês), recebe o selo Empresa Pró-Ética e adere ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e à Carta Empresarial pelos Direitos Humanos e pela Promoção do Trabalho Decente. No mesmo ano, o Grupo Segurador BB e Mapfre adere aos Princípios para Sustentabilidade em Seguros, da ONU.

2013

O BB associa-se ao Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS).

2014

O BB adota as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.

2015

Divulgação da PRSA do BB.

2019

O BB é reconhecido como a instituição financeira mais sustentável do mundo, figurando entre as 10 corporações mais sustentáveis no ranking Global 100 da Corporate Knights, anunciado em Davos, durante o Fórum Econômico Mundial.

2018

O BB torna-se signatário dos Padrões de Conduta para Empresas no enfrentamento à discriminação de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexuais da ONU.

2016

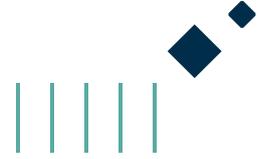
Alinhamento do Plano de Sustentabilidade do Banco do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que passou a ser denominado Agenda 30 BB.

2020

O BB alcança a Classificação "AA" da Morgan Stanley Capital International (MSCI) ESG Rating.
A PRSA do BB é atualizada em face às melhores práticas de mercado.

2021

O Banco do Brasil lança 10 compromissos de longo prazo em sustentabilidade, e o novo Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB para o período 2021–2023.
O BB é novamente reconhecido como uma das empresas mais sustentáveis do mundo pelo Ranking Global 100, figurando na 3ª colocação no geral.
Adesão do BB às recomendações da Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras relacionadas ao Clima (TCFD).



Dentre os compromissos e pactos voluntários assumidos ao longo do tempo, vários abordam o tema mudanças climáticas de forma direta ou transversal, a exemplo dos seguintes:

- Caring for Climate – The Global Compact
- Carbon Disclosure Project – CDP
- Empresas pelo Clima – EPC
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS
- Princípios do Equador
- Programa Brasileiro GHG Protocol
- TCFD



Governança da Sustentabilidade

A Sustentabilidade Empresarial permeia a estrutura organizacional e está expressa nas políticas e nos diversos compromissos voluntários assumidos. O principal objetivo da Governança em Sustentabilidade é gerir o desempenho socioambiental, com base na Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) que considera, de forma integrada, as dimensões econômica, social e ambiental nos negócios e na relação ética e transparente com os públicos de interesse.

Os assuntos relacionados às mudanças climáticas, tanto na ótica de riscos quanto de oportunidades, são tratados, de acordo com as suas especificidades, pelas diversas instâncias que fazem parte da Governança em Sustentabilidade no BB.

Buscando aprimorar os níveis de governança foi em criado, em 2021, o Comitê Executivo de Sustentabilidade do BB (Cesus), que conta com a participação de Vice-Presidentes e Diretores e tem, dentre outros objetivos, decidir sobre o Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, orientar a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios e definir diretrizes de atuação para o tema.

Estrategicamente, o tema sustentabilidade é conduzido pela Gerência Executiva Autônoma de Sustentabilidade Empresarial (Gesem), vinculada à Vice-Presidência de Governo e Sustentabilidade Empresarial (Vigov), enquanto a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) é responsável pelo gerenciamento do risco climático.

No Banco do Brasil, a governança em sustentabilidade segue a seguinte estrutura:

> Conselho de Administração

Acompanha semestralmente o desempenho socioambiental e as iniciativas em andamento;

> Conselho Diretor

Responsável pela aprovação e acompanhamento das iniciativas do Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, até o ano de 2020. Em 2021, passa a acompanhar semestralmente o desempenho socioambiental e as iniciativas correlatas;

> Comitê de Riscos e de Capital

Assessora o CA no exercício das suas

funções relativas à gestão de riscos, entre as quais o socioambiental e de capital;

> Comitê Executivo de Sustentabilidade (Cesus)

Subordinado ao CD e composto por Vice-Presidentes e Diretores e tem, dentre outros objetivos, decidir sobre o Plano de Sustentabilidade do Banco – Agenda 30 BB, orienta a implementação de iniciativas de sustentabilidade com potencial impacto nos negócios, define diretrizes para o tema, além de conferir uma visão multidisciplinar às tomadas de decisão.

> Fórum de Sustentabilidade BB

Instância composta por gerentes executivos do Banco e da Fundação Banco do Brasil (Fundação BB). O Fórum apoia a incorporação, o alinhamento e a disseminação dos preceitos e práticas de sustentabilidade, além de acompanhar as iniciativas socioambientais e a implantação das ações da Agenda 30 BB. Tem periodicidade trimestral e, até o final de 2020, estava subordinado ao Comitê Executivo de Negócios, e

atualmente reporta-se ao Comitê Executivo de Sustentabilidade;

> **Gerência de Sustentabilidade Empresarial (Gesem)**

Gerência autônoma vinculada à Vice-Presidência de Governo e Sustentabilidade Empresarial - responsável pela condução do tema sustentabilidade e pelo gerenciamento específico do risco socioambiental em 1ª Linha de Defesa, com orientações estratégicas e de aculturação do tema;

> **Diretoria de Crédito**

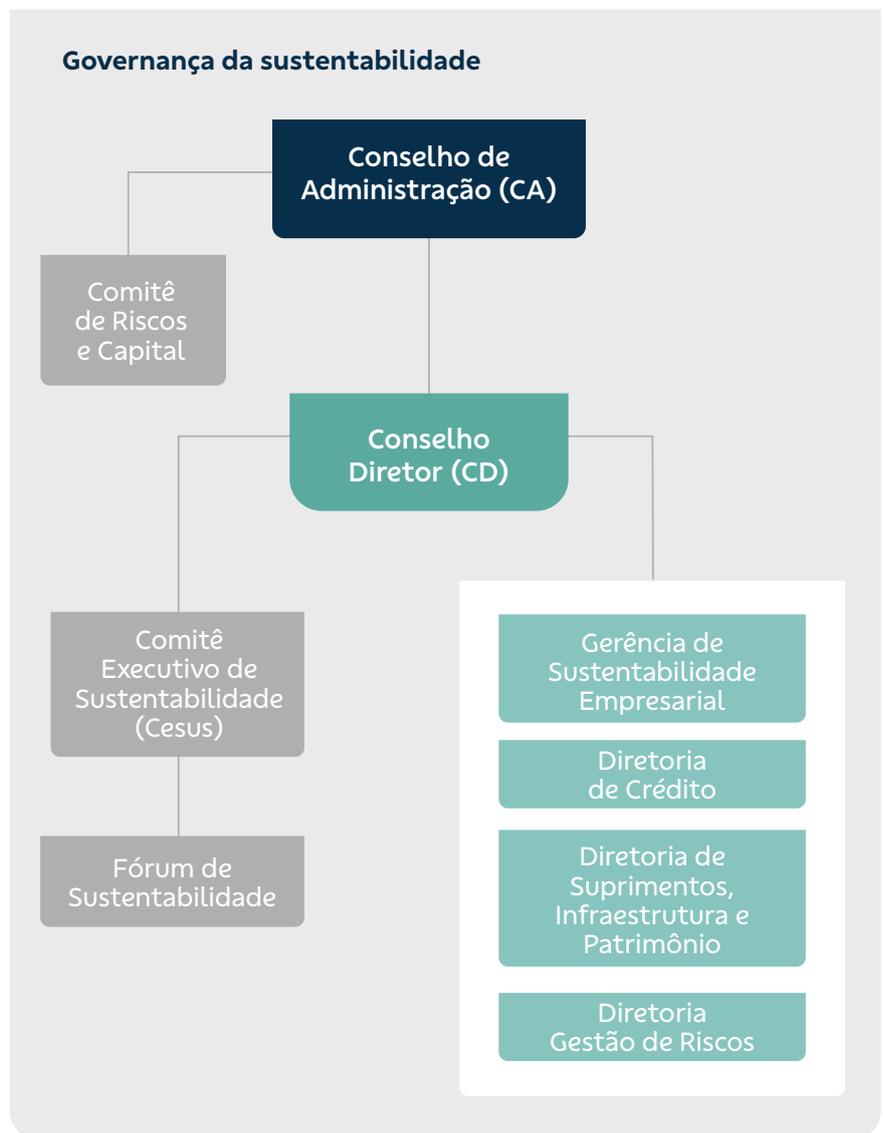
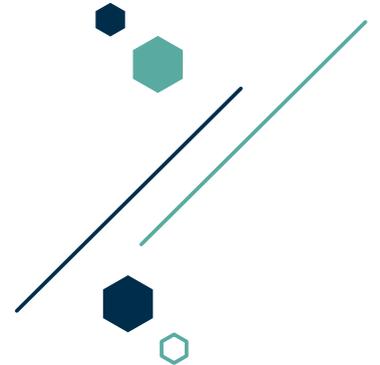
Unidade responsável pelo gerenciamento específico do risco socioambiental em 1ª Linha de Defesa relacionado ao processo de crédito;

> **Diretoria de Suprimentos, Infraestrutura e Patrimônio**

Unidade responsável pelo gerenciamento específico do risco socioambiental em 1ª Linha de Defesa relacionado a compras, contratações, gestão de recursos logísticos e ecoeficiência;

> **Diretoria de Gestão de Riscos**

Unidade responsável pela gestão corporativa dos riscos socioambiental e climático em 2ª Linha de Defesa.



Gestão do risco climático

Para o Banco do Brasil o risco climático consiste na possibilidade de perdas decorrentes da transição dos negócios para uma economia de baixo carbono, do desencadeamento de eventos climáticos extremos ou que trarão consequências a longo prazo, podendo afetar a geração de valor pelas empresas. Esta nova abordagem foi embasada nas recomendações publicadas pela TCFD, nas quais foi solicitado que as instituições financeiras façam a identificação e divulgação transparente de risco ligado às mudanças climáticas, além de sugerir análise de elementos climáticos como elementos-chave para a resiliência da estratégia de negócio.

Até novembro de 2018 a gestão dos riscos decorrentes de mudanças climáticas era realizada no BB no âmbito do risco socioambiental. Em razão do agravamento das possibilidades de perdas decorrentes de eventos climáticos extremos e da transição dos negócios para uma economia de baixo carbono, podendo afetar a geração de valor pelas empresas, o risco climático passou a ser considerado ainda mais relevante nas decisões estratégicas, pois é elemento que irá influenciar

a rentabilidade futura dos negócios do Banco.

Em 2020, o Conselho de Administração do BB aprovou a Política Específica de Gestão do Risco Climático com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão do risco, estabelecer diretrizes para uma atuação proativa e aproveitar as oportunidades relacionadas às questões climáticas.

A iniciativa vem reforçar nosso compromisso com o tema, e está alinhada às melhores práticas do mercado. A perspectiva do setor financeiro sobre a forma com que as empresas incorporam os riscos climáticos impacta diretamente o processo de avaliação e de tomada de decisão sobre o aporte de recursos.

Os efeitos das mudanças climáticas podem influenciar diversos segmentos do mercado. Assim, busca-se conhecer e mensurar o impacto dos riscos físicos e de transição nas carteiras de financiamento e seguros. Os riscos físicos relacionados a eventos climáticos extremos, como inundações e vendavais, são considerados nas avaliações por estarem diretamente relacionados ao aumento dos custos operacionais e à redução da receita dos negócios.

Diante dos potenciais impactos das mudanças climáticas, as instituições financeiras têm buscado melhorar seus entendimentos sobre futuros riscos aos seus negócios, estratégias e performance financeira. Considerando os cenários apontados pela TCFD e com base em informações pré-existentes, o Banco do Brasil elaborou em 2019, em parceria com o WWF, o documento Mudança do Clima, Análise de Cenários e Estratégia.

O estudo considerou os impactos de elevação de temperatura para sete culturas agrícolas tradicionais, dentre elas soja, milho e arroz. Foram abordados dois cenários climáticos:

> **Aumento de temperatura inferior a 2°C (alinhado à RCP 4,5);**

> **Aumento médio da temperatura de 3,7°C até o final do século (equivalente à RCP 8,5).**

Os resultados obtidos foram expressos em mapas classificando os municípios brasileiros em alto ou baixo risco de exposição à elevação de temperatura. Permitindo que as áreas gestoras de produtos relacionados ao agronegócio possam aumentar a resiliência da sua atuação estratégica frente aos desafios apresentados e minimizar potenciais perdas frente aos eventos climáticos extremos.

Nos processos de concessão e condução de empréstimos e financiamentos, o gerenciamento do risco climático é particularmente importante, já que o Banco do Brasil é o maior financiador do

agronegócio brasileiro, com 60% de participação no mercado. Assim, os riscos climáticos têm impactos significativos sobre a atividade rural financiada pelo BB, em função da sua vulnerabilidade a eventos climáticos extremos cada vez mais recorrentes e intensos.

Como forma de minimizar esses riscos, observamos as recomendações do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, revisadas anualmente, que indicam os municípios com aptidão climática e de solo para determinadas culturas e quais as cultivares mais adaptadas. Ainda, os

clientes BB também têm à disposição um portfólio de produtos que inclui Seguro Agrícola, Seguro Agrícola Faturamento, Proagro e Proagro Mais.

O registro de eventos climáticos é realizado através do Sistema de Monitoramento de Risco Climático do BB, que abrange todo o território nacional e é baseado em alertas de eventos climáticos emitidos pela rede de assessores de agronegócios do próprio Banco. Estes alertas, por sua vez, são registrados no Painel de Acompanhamento da Safra e permitem observar a reincidência de eventos extremos e mudanças no padrão climático local e adotar medidas preventivas para mitigação de perdas de safra.

Buscando analisar e disponibilizar dados e modelos de avaliação de impactos ambientais e econômicos relativos aos riscos de transição, o BB participa de um grupo de trabalho da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) com o objetivo de avaliar os riscos e oportunidades da transição para uma economia de baixo carbono para os setores de Agricultura, Utilidades Elétricas, Óleo & Gás (O&G) e biocombustíveis a partir de cenários integrados para diferentes níveis de ambição climática.



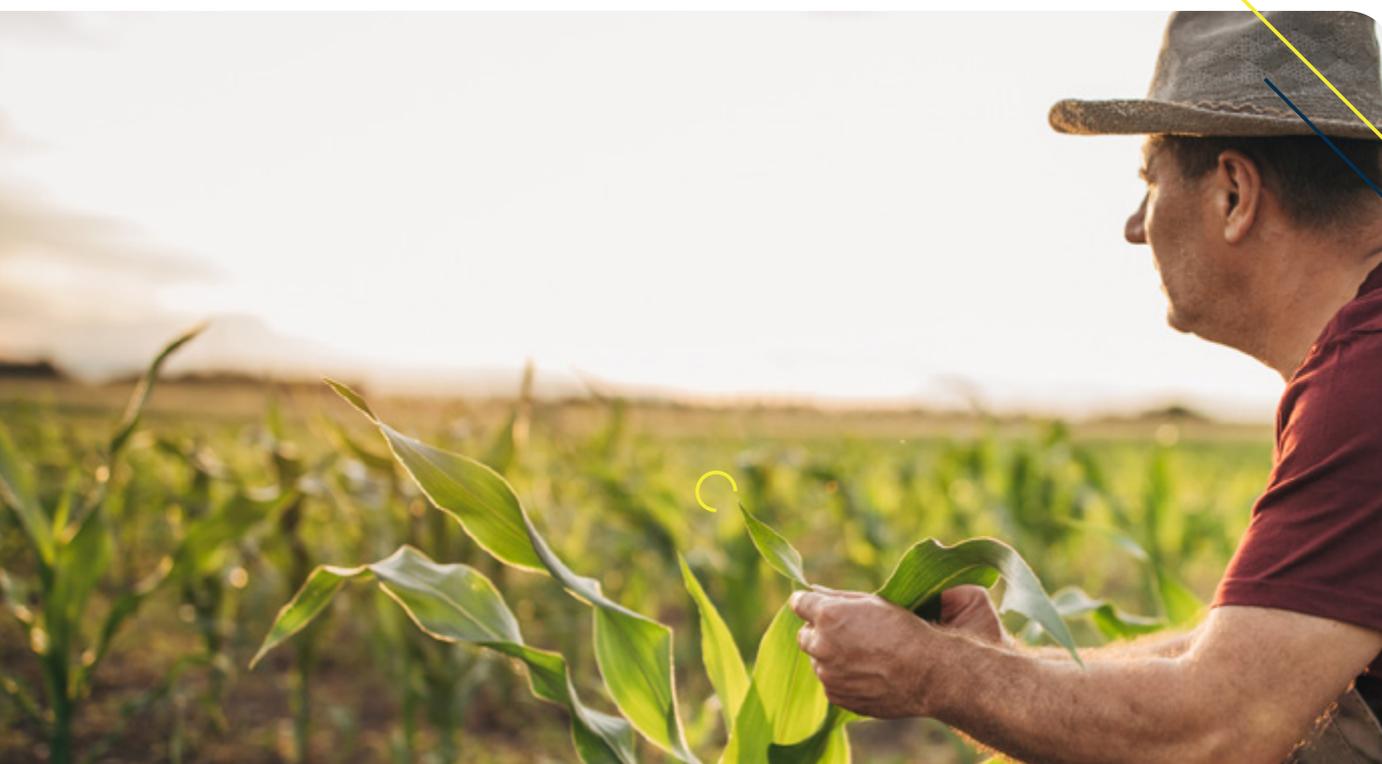
Serão desenvolvidos e analisados cenários climáticos de longo prazo considerando diferentes limites de aumento da temperatura média global, a partir de orçamentos de carbono, bem como a evolução da precipitação de dióxido de carbono (CO₂) e outros GEE até 2060. A partir dos resultados da modelagem será elaborada uma base de dados, disponibilizada para a Febraban, incluindo projeções de oferta e demanda de energia e commodities agropecuárias para cada cenário climático de longo prazo.

A metodologia para criação dos cenários é baseada em Modelos de Avaliação Integrada (Integrated Assessment Models – IAMs), que permitem avaliar as interações entre os diferentes setores da economia. Tais ferramentas são frequentemente utilizadas por grupos de pesquisa internacionais e pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change) para definir cenários de transição para um mundo de baixo carbono, considerando as interações entre os diferentes setores

econômicos, emissões de GEE e suas consequências para o clima global.

Está prevista a utilização de pelo menos 3 três cenários desenvolvidos pelo Programa de Planejamento Energético (COPPE) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), são eles:

- COFFEE (Computable Framework for Energy and the Environment);
- BLUES (Brazilian Land Use and Energy System); e
- TEA (Total-Economy Assessment).



O estudo que está sendo desenvolvido pela Febraban é composto pelas seguintes entregas:

- > **Atividade 1:**
Elaboração do plano de trabalho detalhado (Concluída);
- > **Atividade 2:**
Coleta de necessidades e percepções junto a equipe Febraban, ao GT Clima e Economia Verde da Febraban e equipe Sitawi (Concluída);
- > **Atividade 3:**
Elaboração de plano conceitual detalhado (Concluída);
- > **Atividade 4:**
Construção de cenários para avaliação de riscos e oportunidades da transição para economia de baixo carbono nos setores considerados e divulgação de resultados preliminares a serem validados junto à Febraban (Em elaboração);
- > **Atividade 5:**
Consulta junto à Febraban sobre resultados preliminares (Aguardando etapa anterior);
- > **Atividade 6:**
Disponibilização dos resultados dos cenários produzidos em formato de fácil acesso (Aguardando etapa anterior);

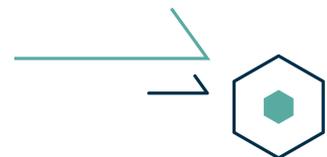
O BB está avaliando a incorporação dos resultados e das recomendações deste estudo na sua gestão dos riscos climáticos de transição.



O BB está avaliando a incorporação dos resultados e das recomendações deste estudo na sua gestão dos riscos climáticos de transição.

Ao final do trabalho espera-se conhecer as incertezas em torno do curso da própria

mudança do clima, da amplitude e complexidade dos canais de transmissão, dos impactos primários e secundários, e da necessidade de considerar riscos de transição nas operações de financiamentos.





Oportunidades negociais

Sobre as oportunidades decorrentes das mudanças climáticas, o Banco apoia iniciativas voltadas à mitigação, como o Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC), que representa oportunidade tanto para o BB como para os produtores rurais.

O Programa ABC possui potencial para contribuir com o atingimento das metas ambientais do Acordo de Paris (NDCs). Seu papel é especialmente relevante, já que o Brasil apresentou metas não condicionadas ao recebimento de recursos internacionais, o que justifica ainda mais a necessidade de seu fortalecimento e alinhamento aos objetivos de mitigação de emissões de Gases de Efeito Estufa.

Desde seu lançamento, em 2010, o BB vem liderando a iniciativa, que financia sistemas sustentáveis de produção agropecuária, com capacidade reconhecida de reduzir ou sequestrar emissões de GEE e promover a produção de vegetação/ biomassa e de alimentos, bem como a preservação do meio ambiente.

Iniciativas direcionadas à redução das emissões de CO₂ na atividade agropecuária são apoiadas e amparadas no Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). Por meio dele, identificam-

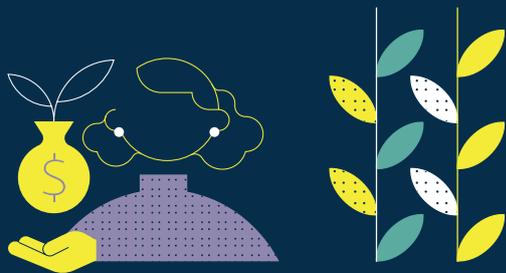
se implicações financeiras positivas com a contratação de operações que totalizaram R\$ 1,48 bilhão em 2020. Os clientes têm à disposição um portfólio de produtos que inclui Seguro Agrícola, Seguro Agrícola Faturamento, Proagro e Proagro Mais. No ano de 2020, 59,2% de todo o custeio agrícola, no montante de R\$ 22,67 bilhões, contaram com a cobertura do Seguro Agrícola e do Proagro para mitigação de risco de perda da produção em virtude de eventos climáticos extremos.

Durante o ano de 2020, o Banco efetuou a revisão das linhas de crédito que compunham a carteira verde, de acordo com a metodologia da Febraban e o Framework de Negócios Sustentáveis do BB, que contou com segunda opinião da Sustainalytics. A partir disso e considerando também as contribuições sociais identificadas na carteira, foi proposta nova nomenclatura para a então carteira verde: Carteira de Negócios Sustentáveis.

O resultado do trabalho foi submetido à avaliação independente da Sitawi Finanças do Bem, importante e reconhecida organização brasileira, que classificou as operações de acordo com a sua contribuição para a sustentabilidade e reafirmou em seu parecer a contribuição majoritariamente transformacional da carteira.

A identificação das linhas de crédito elegíveis para compor a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB é baseada na metodologia desenvolvida pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e publicada no estudo Mensurando Recursos Financeiros Alocados em Economia Verde, e também no Framework de Finanças Sustentáveis do Banco do Brasil, elaborado conforme os principais padrões internacionais, a exemplo dos Princípios para Títulos Verdes (Green Bond Principles – GBP) e Princípios para Títulos Sociais (Social Bond Principles – SBP), dentre outros.

Em 2020 a Carteira de Negócios Sustentáveis do BB apresentou um saldo de R\$ 244,7 bilhões. Ela é integrada por operações de crédito relacionadas a investimentos e empréstimos para os setores de energias renováveis, eficiência energética, construção sustentável, transporte sustentável, turismo sustentável, água, pesca, floresta, agricultura sustentável e gestão de resíduos. Também são consideradas as empresas receptoras dos créditos que estejam inseridas em segmentos cuja atuação gere impactos sociais e ambientais transformacionais efetivos.

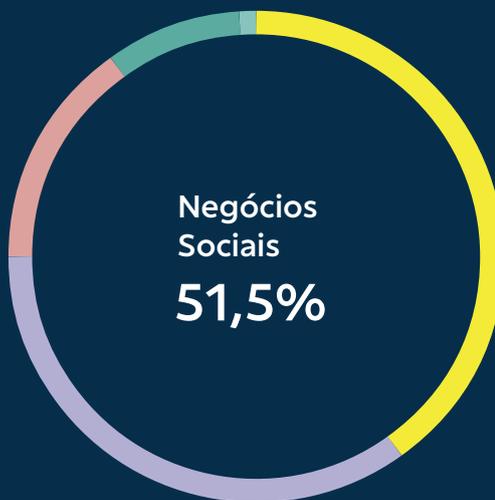


Majoritariamente
Alta/Transformacional

Carteira de Negócios Sustentáveis

Total:
R\$ 244,7 bilhões

(R\$ - bilhões)
Posição: Dez/2020



R\$ 126,03 bilhões



R\$ 32,17 bilhões



R\$ 65,36 bilhões



R\$ 21,14 bilhões

Negócios Sociais

Governo	49,45	
Fundo de Financiamento Estudantil (Fies)	46,87	
Minha Casa Minha Vida	21,18	
Emergencial Covid	8,13	
Demais	0,39	

Agricultura de Baixo Carbono

Custeio Plantio Direto	25,31	
Programa ABC	6,86	

Empresarial

Empresarial	21,14	
-------------	-------	--

Boas Práticas Socioambientais

Pronaf Mais Alimentos	36,34	
Investimentos	11,85	
PCA/Moderagro	9,10	
Pronaf Custeio	6,30	
Pronaf Investimento	1,77	

Adicionalidade /
Contribuição para
a Sustentabilidade

- Alta/Transformacional
- Moderada/Efetiva
- Limitada/Transitória

Confira a
avaliação
completa:



Parecer de
Segunda Opinião

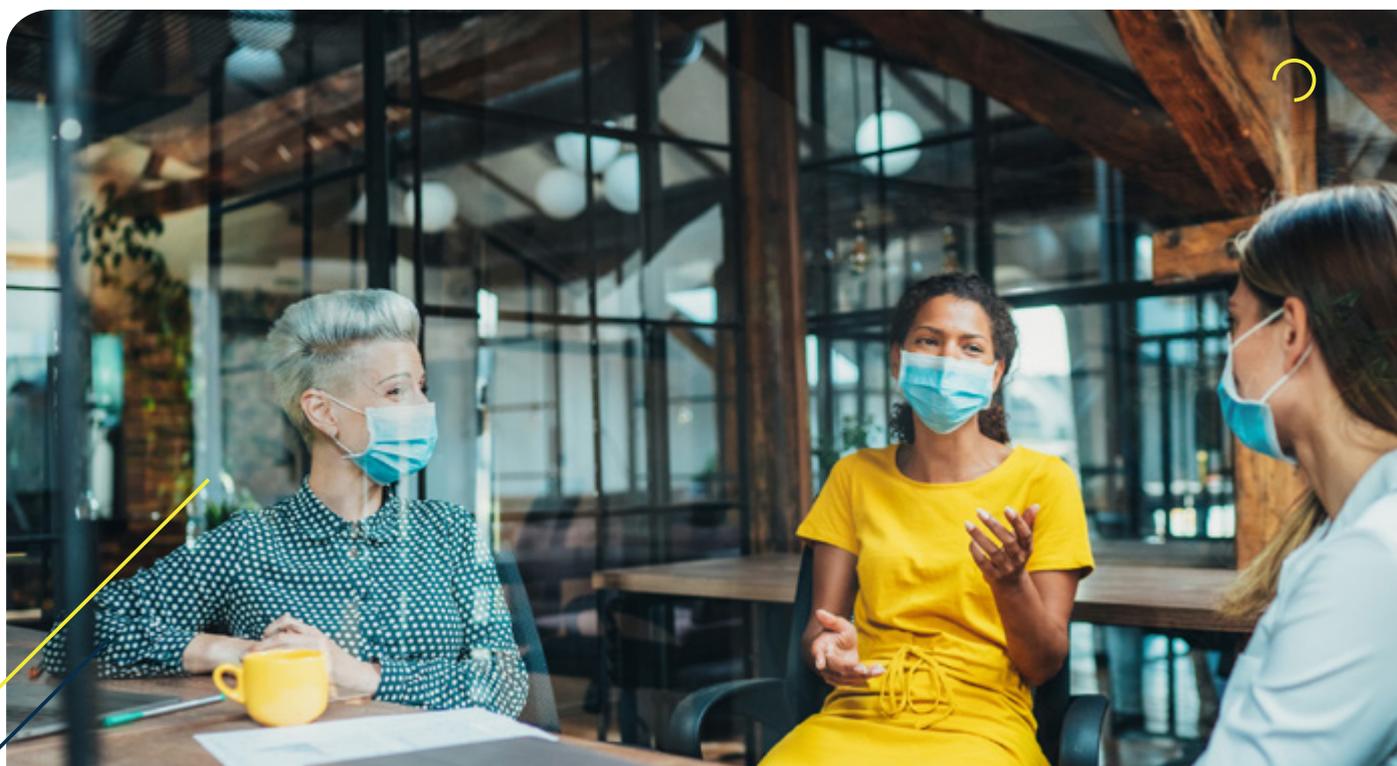
SITAWI
FINANÇAS do BEM

Em outubro de 2020, o BB aprovou seu modelo de finanças sustentáveis, que estabelece parâmetros e gestão para a captação de recursos para projetos classificados como sustentáveis no mercado global. Os recursos de captações deste tipo podem ser usados para financiar projetos capazes de oferecer retornos financeiros e atrelados a benefícios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG).

O processo teve início com o Acordo de Cooperação Técnica e Financeira entre o Banco do Brasil e o Banco Interamericano de

Desenvolvimento (BID), e contou com o apoio técnico da consultoria Sitawi Finanças do Bem, resultando na elaboração do “Framework de Finanças Sustentáveis”, cujas categorias verde e social são contempladas. A possibilidade de alavancar projetos relacionados à agricultura de baixo carbono o diferencia dentre aqueles disponíveis no mercado. O Framework foi aprovado pela Sustainability, uma das principais empresas independentes do mundo de Segunda Opinião (SPO, na sigla em inglês), seguindo um conjunto de padrões e diretrizes internacionais.

O modelo é inédito no sistema financeiro brasileiro, pois além de considerar as emissões rotuladas como sustentáveis, verde e social (amparadas pelo Framework), considera também a possibilidade de emissões de dívidas do tipo Sustainability-Linked Loans e Sustainability-Linked Bonds. Os padrões SLLP e SLBP vinculam os juros pagos por estas emissões ao desempenho de seus indicadores ASG, tais como redução da pegada de carbono da empresa, aumento da diversidade em seus quadros e a redução do risco das carteiras de crédito de alto impacto socioambiental.





Sistema de Gestão Ambiental BB



A gestão interna dos efeitos das mudanças climáticas está alinhada ao Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB, em relação ao desenvolvimento de iniciativas e adoção de práticas que contribuam para a mitigação dos efeitos das operações frente aos aspectos socioambientais.

O Sistema de Gestão Ambiental – SGA do BB se encontra em conformidade com a legislação ambiental, tendo como referência a Norma Brasileira ABNT NBR ISO 14.001. O Sistema consiste num

conjunto de objetivos, premissas, requisitos, responsabilidades, programas, iniciativas e normas para a implementação das diretrizes ambientais, alinhadas à Política Específica de Responsabilidade Socioambiental do BB.

É premissa do SGA do BB considerar o contexto externo e interno da organização na busca da melhoria contínua de seu Sistema. O SGA do BB executa ações de comunicação para estimular

o consumo eficiente de recursos naturais e prevenir a poluição, por meio da conscientização, engajamento e fortalecimento da cultura em RSA. Assim como a busca contínua por aprimoramento das competências em gestão ambiental, por meio de treinamentos que visam o desenvolvimento de uma conduta ambientalmente adequada dentro e fora do ambiente profissional.

O SGA do BB é composto por Programas, Iniciativas e Indicadores Ambientais, dentre eles:

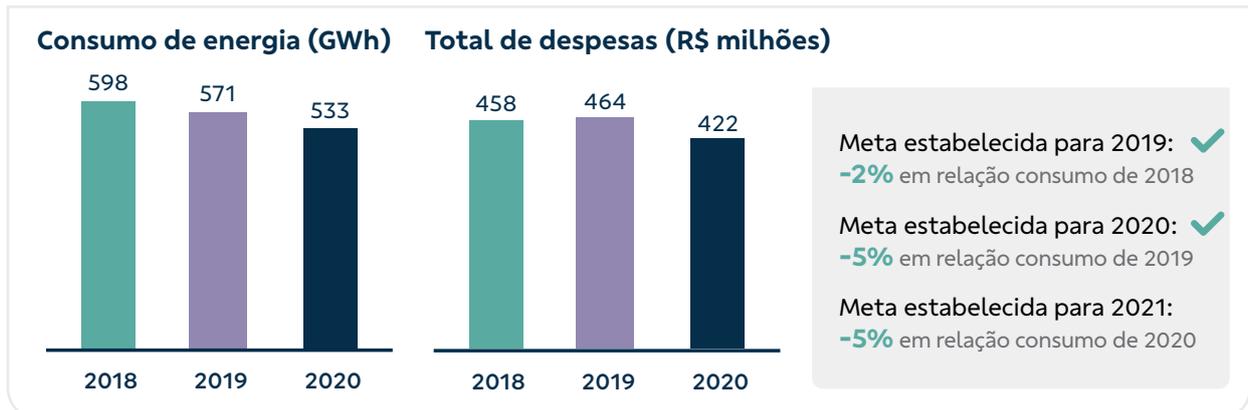
O Sistema de Gestão Ambiental – SGA do BB se encontra em conformidade com a legislação ambiental

- Programa de Conservação de Energia – Procen
- Programa de Uso Racional de Água – Purágua
- Programa de Recondicionamento de Cartuchos de Toner – Prorec
- Programa Coleta Seletiva
- PGRS – Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
- Compras e Contratações Sustentáveis
- Projeto de Redução do Consumo de Papel
- Destinação de Bens Móveis de Uso Inservíveis
- Certificação ISO 14.001
- Certificação Leadership in Energy and Environment Design – LEED
- Indicador Índice de Ecoeficiência Operacional – IEO

A seguir estão destacadas algumas iniciativas que contribuem para a redução de emissões de GEE.

> Consumo de energia de fontes renováveis

Consumo de energia (comparativo)



Desde o ano de 2018, o Banco do Brasil e a EDP mantêm uma parceria para a entrada do Banco no Mercado Livre de energia, no Ambiente de Contratação Livre (ACL). A contratação prevê a disponibilização de cerca de 400 GWh para 24 dependências do BB localizadas em 14 estados, em um contrato de cinco anos de duração. Para se ter uma ideia do volume contratado, a energia adquirida equivale ao consumo anual de uma cidade com 130 mil habitantes.

O grande benefício da parceria é que a energia adquirida é do tipo incentivada, originária de fontes renováveis, como eólica, solar e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), o que reafirma o compromisso do Banco

na adoção de ações que envolvem redução das emissões de GEE nas suas operações.

No ano de 2020, foram migrados dois edifícios para o Mercado Livre, totalizando os 24 previstos em contrato, o que resultou na economia de R\$ 4,5 milhões, equivalente a uma redução de despesas de 20% em comparação a tarifa do mercado cativo (adquirida diretamente da concessionária de energia).

Também em 2020, assumimos, o compromisso de ampliar a participação de fontes renováveis em nossa matriz energética: o objetivo é atingir, até 2024, um nível de suprimento de energia 90% renovável. O objetivo será alcançado por meio de geração distribuída remota, com 22%, e pelo

mercado livre, com 68%. No ano anterior, esse nível ficou em 88%, com eletricidade consumida oriunda de fontes renováveis⁵.

Nesse contexto, inauguramos em março de 2020 nossa primeira usina de energia solar na modalidade de geração distribuída. Em outubro, a segunda usina foi inaugurada e outras cinco usinas estão previstas para que entrem em operação até o final de 2021.

Os dois empreendimentos em operação têm capacidade conjunta instalada de 6 MW, gerando 15 GWh/ano e vão garantir fornecimento de energia renovável para 141 agências, permitindo à instituição economizar R\$ 53,7 milhões ao longo de 15 anos. Também possibilitarão redução média de 45% na conta de energia de nossas

⁵Fonte: Contrato BB/EDP e ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, disponível em: <http://www.ons.org.br/paginas/sobre-o-sin/o-sistema-em-numeros>

agências e contribuirão com a diversificação da matriz energética renovável no Brasil. Quando todas as usinas estiverem em operação, 3.150 toneladas de dióxido de carbono deixarão de ser emitidas por ano, o que corresponde ao plantio de cerca de 21 mil árvores.

Em 2020, novas iniciativas para otimização do consumo de energia e despesas de energia elétrica juntaram-se às já implantadas em anos anteriores e que continuam em execução. Dentre as novas iniciativas, foram implantadas:

- Gestão automatizada de energia elétrica – iniciativa realizada nas unidades que poderá reduzir em mais de R\$ 500 mil as despesas com esse insumo, assim como a ampliação da eficiência operacional e a melhoria dos indicadores de consumo;
- Controle integrado de energia, água e utilidades prediais – início das instalações para um grupo de 300 unidades de atendimento, com expectativa de atingir 15% de economia no consumo ao longo do contrato de serviço previsto para quatro anos. São utilizados parâmetros de consumo eficiente de energia regionalizados (kWh/m²).

Em relação ao consumo de energia elétrica, houve redução de 7% na

comparação com 2019, equivalentes a 41 GWh. Tal redução é decorrente das ações implantadas, e devido à restrição de funcionários nas dependências do banco, em função da pandemia e da implementação do home office. O total economizado reduziu a despesa anual em R\$ 42 milhões e seriam suficientes para fornecer energia elétrica a mais de 18 mil residências ao ano.



> Consumo de Água e Uso de Papel

Consumo de água (comparativo)

	2018	2019	2020
Consumo de água⁽¹⁾ (mil m³)	1.383	1.136	955,7
Total de despesas (R\$ milhões)	31,9	33	28,6

Meta para 2019: ✓

-1% em relação ao ano anterior

Meta para 2020: ✓

-5% em relação ao ano anterior

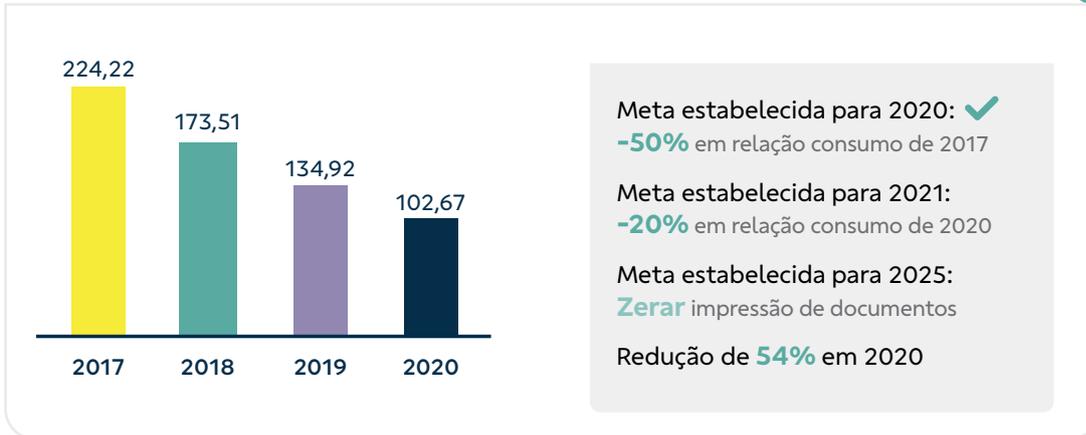
Meta para 2021:

-5% em relação ao ano anterior

Redução de **17,9%** em 2019 | Redução de **15,9%** em 2020

- (1) Não se utiliza água reciclada nas unidades. O fornecimento de água é realizado pelas concessionárias. Seguindo a mesma metodologia adotada em 2019, o consumo de água do ano de 2020 foi obtido com base na média R\$/m³, após o levantamento de 11 mil faturas de água registradas por empresa contratada. Dessa forma, o consumo de água do BB se dá entre o produto da média (R\$/m³) pela despesa anual R\$ 28,6 milhões.
- (2) Pela natureza do setor, não realizamos até o presente momento a medição do consumo total de água de todas as áreas com estresse hídrico em megalitros.
- (3) Monitoramos a necessidade das dependências em adquirir água mineral fora das concessionárias de água locais. Nesses casos em que a água fornecida não é própria para consumo ou até mesmo não existe fornecimento do insumo, é realizada a aquisição de água mineral pela dependência de duas formas: caminhão pipa, para abastecimento da dependência como um todo (caixa d'água); água mineral engarrafada, para o consumo dos funcionários e clientes.

Quantidade de impressos (milhões)



Em relação à água – insumo oriundo de concessionárias públicas –, também se adotam parâmetros regionalizados de consumo eficiente. A gestão se dá por meio do estabelecimento de ações para as unidades que apresentem consumo de água acima das metas estabelecidas. Nesse sentido, adotam-se procedimentos para identificar e corrigir desvios identificados no consumo.

Por meio de iniciativas do BB como Papel Zero, que visa à transformação digital dos nossos processos e à conscientização, ao engajamento e à orientação aos funcionários, foi possível reduzir o consumo de papel A4 em 59,5% até dezembro de 2020 em relação a dezembro de 2017, superando a meta estabelecida de 50%. Assim, além de otimização dos processos por meio da digitalização, serão

reduzidos os impactos ao meio ambiente ocasionados pela produção e pelo descarte do material. Financeiramente, a queda de despesa com papel soma-se à de outros insumos relacionados, como caixas de papelão para armazenamento, envelopes para transporte, bobinas, manutenção de impressoras, toner, malotes, além de espaço e armários para arquivamento. Como resultados dessas iniciativas, foram alcançados no ano:

- Redução de 59,5% no consumo de papel A4, em relação a 2017;
- Redução de 52% no consumo de bobinas para terminais de caixa e terminais de autoatendimento em relação a 2017.

Além de otimização dos processos por meio da digitalização, serão reduzidos os impactos ao meio ambiente ocasionados pela produção e pelo descarte do material.

Programa Coleta Seletiva

O Programa Coleta Seletiva contempla a gestão dos resíduos sólidos recicláveis não perigosos (papel, plástico, metal e vidro) gerados nas dependências do BB que são encaminhados para reciclagem em consonância com políticas públicas e legislações ambientais vigentes. Em 2020, o programa atingiu a marca de 1.849 dependências com processo implementado, frente às 1.679 dependências participantes do programa em 2019.

Certificações Ambientais – ISO 14.001 e LEED

Ao fim de 2020, mantínhamos as seguintes certificações, que atestam o compromisso com a preservação ambiental:

- Leadership in Energy and Environment Design (LEED), selo relacionado à construção sustentável e concedido pelo Green Building Council, dos Estados Unidos, na nossa sede em Brasília (DF).
- ISO 14.001 do Sistema de Gestão Ambiental em funcionamento no edifício Sede BB em Brasília (DF) e Ed. Torre Matarazzo em São Paulo (SP). O Gerenciamento Ambiental do Banco do Brasil (GABB) é verificado por auditorias interna e externa que atestam os requisitos da norma e

comprovam a efetividade das ações ambientais relacionadas ao consumo de água, energia elétrica, coleta seletiva e serviços e o envolvimento das mais de 8 mil pessoas residentes nos escopos.

Índice de Ecoeficiência Operacional

Em 2019, o Índice de Eficiência Operacional passou a se chamar Índice de Ecoeficiência Operacional, porém mantendo a sigla IEO, para reforçar o caráter sustentável do conceito nas práticas já em curso.

A fim de racionalizar o consumo de água, energia e papel, ampliar a cobertura do Programa Coleta Seletiva e intensificar a redução de emissão de GEE, o IEO é o instrumento pelo qual todas as unidades são avaliadas nos seguintes aspectos:

- Água/energia elétrica: avaliação pela média acumulada dos registros mensais de consumo da unidade, com meta de consumo igual ou inferior ao padrão regional estabelecido.
- Papel: meta de redução linear de 2% do consumo em comparação ao ano anterior.
- Coleta seletiva: avaliação pelo registro mensal do volume de resíduos descartados de forma seletiva (papel, plástico, metal e vidro) e encaminhados para a reciclagem.

Em 2020, 76% (4.364) das unidades avaliadas atingiram a meta estabelecida para o IEO. Esse resultado foi decorrente de ações de comunicação, orientação e acompanhamento do desempenho das unidades.



Gestão do Carbono

O Inventário de Emissões de GEE do BB é a principal ferramenta para a gestão do carbono no Banco. O inventário é construído sob a abordagem de Controle Operacional, considerando as mais de 5.000 dependências em todo o país (agências varejo, atacado e governo, unidades regionais e unidades estratégicas).

O cálculo das emissões de GEE do Banco seguem as especificações do Programa Brasileiro GHG Protocol e contabiliza os gases emitidos por suas atividades diretas no Escopo 1 (combustão estacionária, combustão móvel e emissões fugitivas), Escopo 2 (consumo de energia elétrica) e das atividades que influenciam o Escopo 3 (transporte e distribuição upstream, transporte e distribuição downstream, viagens a negócio, deslocamento de funcionários, resíduos sólidos e líquidos da operação).

O Inventário passa por verificação externa, conforme definições ISO 14.064, parte que atesta se as informações constantes no inventário de GEE são completas, precisas, consistentes, transparentes e sem discrepâncias. O inventário de GEE do BB é certificado com o selo ouro desde 2010.

Os dados de emissões GEE do BB são publicados anualmente no [Registro](#)

[Público de Emissões](#). As informações ainda são disponibilizadas para o mercado via CDP (Carbon Disclosure Project) e Relatório anual (www.bb.com.br/ri), além de compor os relatos de Índices Socioambientais nacionais, como o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE, da B3, e internacionais, como o Dow Jones Sustainability Index – DJSI, da Bolsa de Nova Iorque.

Metas de redução e compensação de emissões

Além de fornecer o reporte do nível e fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa pelo BB, o Inventário de Emissões do BB tem a função, como já foi dito, de ser instrumento para a gestão do carbono, e com isso, orientar a execução da estratégia de sustentabilidade em relação às emissões de GEE.

Ao final do ano de 2019, o Banco do Brasil estabeleceu metas de redução de Gases de Efeito Estufa com uma visão de longo prazo. Até o horizonte de 2030, o BB se comprometeu a reduzir suas emissões em 30% para os Escopos 1 e 2.

O estabelecimento das metas tomou como base as diretrizes e critérios divulgados pela Science-Based Targets initiative (SBTi), e valeu-se do nível

de emissões verificado em 2018 reportado em seu Inventário de Emissões.

Na versão anterior de seu Compromisso com as Mudanças Climáticas o BB indicou que faria a compensação de suas emissões dos Escopos 1 e 2. Neste ano já compensou 100% de suas emissões de GEE do Escopo 2 em 2020, via Certificados de Energia Renovável I-REC (International REC standard). Para o Escopo 1, está em andamento a compensação de 100% das emissões através da compra de créditos de carbono, com previsão de conclusão até o final de 2021.

Precificação interna de carbono

A partir da média de preços de projetos qualificados para compor o portfólio para compensação das nossas emissões, aprovamos ao final de 2019, a precificação interna de carbono, com a adoção de R\$ 18,00/tCO₂e (ou US\$ 4,50/tCO₂e), obtido por meio do cálculo da média dos preços de tonelada de carbono registrados nos mercados voluntário e regulado no Brasil.

A definição da metodologia de precificação interna de carbono e do preço interno de carbono tem como objetivo a compensação das nossas emissões referentes aos Escopos 1 e 2, conforme nosso compromisso com as mudanças climáticas e para





avaliação de investimentos em estrutura da própria instituição, visando apoiar a realização de teste de stress de investimentos, bem como motivar os investimentos de baixo carbono, a cadeia de suprimentos/fornecedores e os funcionários.

A precificação de carbono permite ainda direcionar investimentos para soluções menos intensivas em carbono por meio da internalização de parte das externalidades representadas pelas emissões, ou seja, que as empresas possam incorporar esses custos externos às suas decisões de negócios e busquem alternativas para minimizar seus efeitos.

Incremento da nota de avaliação do CDP

Em meados de 2020, o Banco do Brasil aderiu ao Benchmark Club, do CDP, buscando apoio da entidade e aprimorar sua participação no Programa Climate Change, também do CDP. No dia 8 de dezembro, foi divulgado o resultado do ciclo 2020 do programa, e o Banco do Brasil conquistou seu melhor resultado desde 2005, atingindo score B-. Nos últimos três anos, o score do Banco foi D, numa escala que varia de A a E.

Com a nota alcançada em 2020, o BB passa a ser elegível para integrar em 2021 o Índice CDP Brasil de Resiliência Climática (I-CDPR70), que mensura o desempenho dos papéis de empresas com práticas em

Em meados de 2020, o Banco do Brasil aderiu ao Benchmark Club, do CDP

gestão climática, alinhado às tendências globais e recomendações de acordos internacionais como a Task-Force for Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

A avaliação das empresas ocorre pela análise de um extenso questionário que contempla os principais parâmetros relacionados ao tema mudanças climáticas: Governança (políticas e diretrizes); Engajamento da alta administração; Riscos e oportunidades; Estratégia de negócios; Metas e desempenho; Metodologia das emissões; Verificação; Precificação de carbono.

O incremento do score do Banco do Brasil em 2020 reflete o aprimoramento de práticas, como a adoção de política específica de gestão de risco climático, aumento do uso de energias renováveis, definição de preço interno de carbono, incorporação de critérios relacionados às mudanças climáticas na cadeia de suprimentos e expansão da carteira de negócios com potencial redução de emissões, dentre outros.

Para mais informações consulte o CDP Climate Change do Banco do Brasil.

Fornecedores

Para a gestão de emissões de GEE do Escopo 3 de seu Inventário, o BB promove ações de mitigação de riscos socioambientais da sua cadeia de fornecedores dentro de um escopo mais amplo, sob a ótica de diversos instrumentos que regem essa relação, tais como: Código de Ética, Política de Relacionamento com Fornecedores, Regimento Interno, dentre outros.

O Regimento Interno inclui normas específicas para contratações sustentáveis, que contemplam o documento Padrão de Compras e Descartes Sustentáveis disponível no Portal BB para consulta, atendendo aos requisitos legais e aos compromissos sociais e ambientais assumidos. Também são realizados procedimentos de due diligence documental na contratação e no pagamento a fornecedores, contemplando as dimensões Ambiental, Direitos Humanos e Integridade.

A adesão ao CDP Supply Chain, desde 2017, tem permitido ao Banco do Brasil fazer um melhor

acompanhamento dos fornecedores quanto aos impactos causados ao meio ambiente, seus reflexos nas mudanças climáticas e na gestão dos recursos hídricos. Com isso, temos pautado nossa atuação no combate da emergência climática, incentivando a mudança de comportamento na cadeia de suprimentos, fato observado nos resultados obtidos no Ciclo CDP 2020.

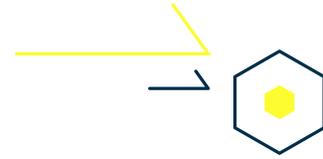
Mesmo no cenário pandêmico da covid-19,

do total de respondentes no ano de 2020, 70% informaram que o tema Mudanças Climáticas está inserido em sua estratégia de negócios, indicando uma evolução em relação ao ano anterior e resultado das ações de conscientização sobre o tema junto aos fornecedores.

Os resultados obtidos no questionário do CDP Clima representaram uma evolução na gestão dos fornecedores quanto

às mudanças climáticas. Ressaltamos, também, que a cada ano a lista de fornecedores respondentes vem sendo aprimorada, a fim de melhorar a representatividade e capturar a complexidade da nossa cadeia de suprimentos. Com essas ações busca-se melhorar o acompanhamento das emissões e mobilizar nossa cadeia de suprimentos para atingirmos cada vez mais uma economia de baixo carbono.





Transparência de nossas ações

Índice ICO2 da B3

Em 17 de junho de 2010 o BB fez sua adesão ao ICO2 da B3, Bolsa de Valores de São Paulo e foi listado em todas as últimas dez edições. O ICO2 é composto por ações das companhias participantes do índice IBRX-50 e considera em sua ponderação não apenas o free float das ações das empresas, mas também o grau de eficiência de emissões de Gases de Efeito Estufa, identificado por meio de análise dos inventários de emissões.

Com isso, o BB vem demonstrando ao mercado o compromisso com a transparência, bem como a disposição na busca pelo alinhamento às melhores práticas referentes à ecoeficiência empresarial e a contribuição para uma economia de baixo carbono, coerente com o disposto em sua estratégia e em sua Política de Responsabilidade Socioambiental.

Pandemia da Covid-19

Considerando que o ano de 2020 foi duramente afetado pela pandemia da covid-19, uma resposta aos riscos provenientes da pandemia fez-se necessária. Assim, com a decretação pelas autoridades do estado

pandêmico, o BB tomou medidas para adaptar e proteger seus funcionários, prestadores de serviços e fornecedores, clientes e a sociedade em geral.

Foram elaboradas ações de conscientização e adoção de medidas de proteção ao contágio do vírus: distribuição de máscaras (comuns ou do tipo face shields) a todos os funcionários (bem como obrigatoriedade de seu uso em todas as unidades), disponibilização de álcool gel, higienização recorrente de todos os móveis, equipamentos e estruturas físicas, medição de temperatura em todas as dependências do Banco e adoção de distanciamento físico entre as pessoas.

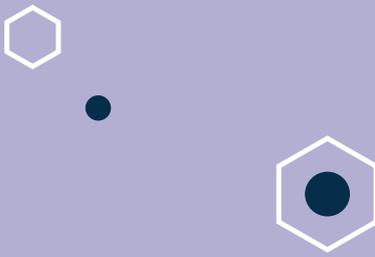
O BB também implantou home office e/ou trabalho remoto em larga escala para seus funcionários, priorizando aqueles portadores de comorbidades ou que coabitam com familiares nessas condições; revisou e aprimorou processos, produtos e serviços; prestou atendimento a clientes e à população em geral, na medida do possível, remotamente. Cerca de 86% dos funcionários da administração geral e

29% dos lotados na rede de agências trabalharam remotamente. Ao final do ano de 2020, em torno de 33 mil funcionários (aproximadamente 36% do total) ainda trabalhavam remotamente. As viagens nacionais foram restritas e as internacionais foram suspensas, bem como os treinamentos, eventos e reuniões presenciais, sendo priorizados os meios digitais.

Decorrente destas ações, houve a redução drástica dos deslocamentos e viagens a serviço e foram antecipadas tendências de digitalização e trabalho remoto, que já estavam em andamento antes da pandemia e que foram intensificadas, além de outras possibilidades. Espera-se que o resultado destas práticas e tendências reflitam na redução de emissões de GEE do BB nos próximos anos, principalmente no Escopo 3, justamente o mais relevante e sobre o qual a instituição tem menor ingerência. Apesar de ainda não haver dados quantitativos apurados e disponíveis acerca de todo o efeito destas ações, certamente, elas serão consideradas no aprimoramento e execução da estratégia empresarial corporativa do BB.



Nosso compromisso para o futuro



Nós, do Banco do Brasil, procuramos, de forma construtiva e transparente, enfrentar os desafios de conciliar a competitividade empresarial com a construção de um mundo mais sustentável e socialmente justo, e, por esse motivo, o tema Mudanças Climáticas tem grande relevância em nossa empresa.

Para avançarmos nesse sentido e atentos ao cenário internacional e às necessidades de nosso País, bem como aos

rumos do setor financeiro, trabalhamos, com nossa Agenda 30 BB, a conexão de nossas estratégias de negócios com as prioridades globais. Buscamos soluções inovadoras para os desafios, mantendo um modelo de atuação sustentável, que conjuga performance financeira com responsabilidade socioambiental, em consonância com a nossa história.

Desse modo, buscamos atuar de forma proativa e inovadora na criação e no

aprimoramento de soluções financeiras que estimulam e auxiliam governos, empresas e pessoas a implementarem ações de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa e de adaptação aos efeitos atuais e esperados das mudanças climáticas, colaborando na transição para uma economia de baixo carbono.

Para isso, empreendemos esforços para aumentar os financiamentos e/ou investimentos para:

- projetos de geração, distribuição e consumo de energia renovável, incluindo a microgeração descentralizada;
 - projetos de eficiência energética para indústrias, visando a substituição por máquinas e equipamentos mais eficientes e para empreendimentos imobiliários comerciais e residenciais;
 - projetos de agricultura de baixo carbono e para a adoção de
 - práticas agropecuárias sustentáveis;
 - projetos de manejo florestal madeireiro e não madeireiro sustentável e o reflorestamento de florestas nativas e comerciais;
 - mobilidade urbana, eficiência energética e mitigação e adaptação de cidades e seus cidadãos aos efeitos das mudanças climáticas;
 - acesso de investidores e empresas a capital direcionado à economia
 - de baixo carbono via instrumentos de mercado de capitais;
 - projetos e instrumentos econômicos e financeiros que apoiem a implementação da Política Nacional de Mudança do Clima e da Política Nacional de Redução de Emissões;
 - engajamento com governos, academia, empresas e terceiro setor para a promoção conjunta de ações que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono.
- 

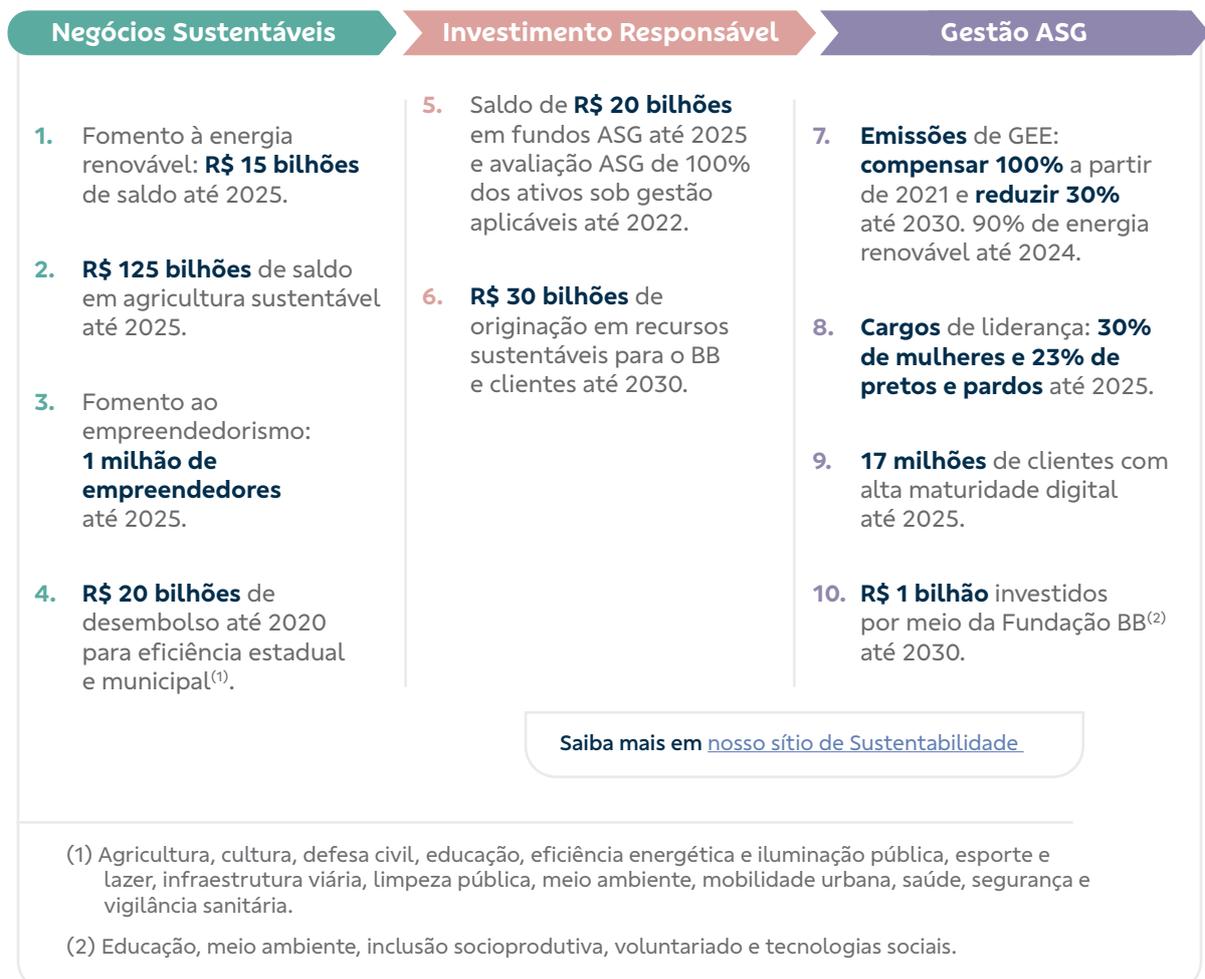
Esperamos, assim, seguir gerando o valor no longo prazo tanto para os acionistas, quanto para a sociedade e construindo, pouco a pouco, um mundo mais justo e humano para as gerações que estão por vir.

Este compromisso está fundamentado em um Plano de Ação prático para os próximos 3 anos e alinhado à estratégia da empresa, à Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco do Brasil – PRSA e ao Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB.

O mercado financeiro tem função essencial para impulsionar o crescimento econômico em bases sustentáveis. Atentos a isso, lançamos 10 compromissos em sustentabilidade com metas até 2030. Eles reforçam nosso posicionamento de marca e envolvem ações em Negócios Sustentáveis, Investimento Responsável e Gestão ASG.

E para continuarmos como protagonistas na busca por um mundo cada vez mais sustentável, vamos fazer nosso dever de casa e

apoiar funcionários, clientes, investidores, fornecedores e sociedade na transição para um portfólio de produtos e serviços, e práticas mais sustentáveis, que gerem valor para as pessoas e para o meio ambiente. Todos os compromissos estão alinhados a objetivos globais, como o Acordo de Paris e os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). Conheça os 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade do BB:



O conjunto de ações que permitirá ao BB alcançar a resiliência climática está relatado em nosso Plano de Sustentabilidade – Agenda 30 BB. Em 2020, ocorreu o 8º ciclo de atualização, no qual também foram considerados os 10 Compromissos de Longo Prazo em Sustentabilidade com metas para alcançarmos até 2030 e com o objetivo de aumentar

a nossa contribuição positiva em alinhamento às prioridades globais e demandas da sociedade.

A cada dois anos o Plano de Sustentabilidade será revisado e atualizado conforme a evolução das metas estabelecidas nos compromissos de longo prazo, por meio da análise de riscos, estudos de oportunidades e tendências;

benchmarking com pares nacionais e internacionais; análise de índices e rankings de mercado, e da percepção dos nossos diversos públicos de relacionamento.

As principais ações previstas para os próximos dois anos (2021–2023) relativas a financiamentos sustentáveis e gestão das emissões de GEE estão listadas abaixo:

Ação 4: Implementar novos atributos e/ou condições negociais diferenciadas (desconto de taxas, alongamento de prazo) para produtos/serviços voltados à transição para uma economia inclusiva e de baixo carbono.

- **Indicador 1:** Criar novos atributos e/ou condições negociais diferenciadas (desconto de taxas, alongamento de prazo) para um produto/serviço voltado à transição para uma economia de baixo carbono e inclusiva até 31/12/2021.

ODS impactados:



Ação 5: Emitir e originar título sustentável.

- **Indicador 1:** Emitir um título sustentável, conforme modelo de Finanças Sustentáveis do BB até 31/12/2021.
- **Indicador 2:** Originar R\$ 4 bilhões em títulos sustentáveis até 31/12/2022.
- **Indicador 3:** Originar R\$ 6,5 bilhões em títulos sustentáveis até 31/12/2023.

ODS impactados:



Ação 7: Ampliar o saldo de recursos administrados com aspectos ASG.

- **Indicador 1:** Alcançar saldo de R\$ 4,3 bilhões de recursos administrados com aspectos ASG em 31/12/2021.
- **Indicador 2:** Desenvolver soluções de investimento ASG para clientes do segmento varejo e private até 30/06/2022.
- **Indicador 3:** Alcançar saldo de R\$ 5,1 bilhões de recursos administrados com aspectos ASG em 31/12/2022.
- **Indicador 4:** Alcançar saldo de R\$ 12 bilhões de recursos administrados com aspectos ASG em 31/12/2023.

ODS impactados:



Ação 8: Ampliar o volume de crédito sustentável

- **Indicador 1:** Ampliar o saldo em carteira destinado a boas práticas agrícolas e agricultura de baixo carbono para R\$ 102,5 bilhões até 31/12/2021.
- **Indicador 2:** Desembolsar, no exercício 2021, R\$ 435 milhões, destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2021 – Mercado Agro.
- **Indicador 3:** Contratar, no exercício 2021, R\$ 1.260 milhões em Project Finance e/ou Operações Estruturadas de energia renovável e/ou operações destinadas a players do segmento de energia renovável para aplicação em suas atividades, até 31/12/2021.
- **Indicador 4:** Desembolsar, no exercício 2021, R\$ 200 milhões destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2021 – Mercado Setor Público.
- **Indicador 5:** Ampliar o saldo em carteira destinado a boas práticas agrícolas e agricultura de baixo carbono para R\$ 107,5 bilhões até 31/12/2022.
- **Indicador 6:** Desembolsar, no exercício 2022, R\$ 488 milhões, destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2022 – Mercado Agro.
- **Indicador 7:** Contratar, no exercício 2022, R\$ 1.362 milhões em Project Finance e/ou Operações Estruturadas de energia renovável e/ou operações destinadas a players do segmento de energia renovável para aplicação em suas atividades, até 31/12/2022.

- **Indicador 8:** Desembolsar, no exercício 2022, R\$ 200 milhões destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2022 – Mercado Setor Público.
- **Indicador 9:** Ampliar o saldo em carteira das linhas de reflorestamento para R\$ 3 bilhões até 31/12/2022.
- **Indicador 10:** Desembolsar, no exercício 2023, R\$ 536 milhões, destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2023 – Mercado Agro.
- **Indicador 11:** Desembolsar, de 2021 a 2023, R\$ 548 milhões destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2023 – Pilar PJ/MPE.
- **Indicador 12:** Contratar, no exercício 2023, R\$ 1.499 milhões em Project Finance e/ou Operações Estruturadas de energia renovável e/ou operações destinadas a players do segmento de energia renovável para aplicação em suas atividades, até 31/12/2023.
- **Indicador 13:** Desembolsar, no exercício 2023, R\$ 200 milhões destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2023 – Mercado Setor Público.
- **Indicador 14:** Desembolsar, de 2021 a 2023, R\$ 590 milhões destinados à eficiência energética e energia renovável até 31/12/2023 – Mercado PF.
- **Indicador 15:** Ampliar o saldo em carteira destinado a boas práticas agrícolas e agricultura de baixo carbono para R\$ 113,0 bilhões até 31/12/2023.

ODS impactados:

Ação 20: Reduzir a exposição da carteira de crédito rural no Bioma Amazônia.

- **Indicador 1:** Implementar metodologia/ferramenta para vedar concessão de crédito em áreas com sobreposição a indícios de desmatamentos até 31/12/2021.

ODS impactados:**Ação 21: Reforçar a gestão e a transparência das questões climáticas.**

- **Indicador 1:** Aplicar a Régua de Sensibilidade às questões climáticas como instrumento de priorização de ações estratégicas e materialidade do reporte até 31/12/2021.
- **Indicador 2:** Incorporar o risco climático nas análises de crédito até 31/12/2021.
- **Indicador 3:** Incorporar informações relacionadas ao clima nos relatórios financeiros até 30/06/2022.

ODS impactados:

